



Caso Battisti: parlamentares da Itália visitam Senado

Em busca de uma “solução política” para o caso do ex-ativista italiano Cesare Battisti, uma comitiva de parlamentares italianos e brasileiros visitou ontem o presidente do Senado, José Sarney. **8**

Alvaro Dias (D) lê em Plenário, a pedido de Suplicy (E), documento assinado por parlamentares brasileiros e italianos em apoio à decisão que o STF vier a adotar

Maranhão assume governo da Paraíba

Senador José Maranhão foi diplomado ontem governador da Paraíba, depois que o Tribunal Superior Eleitoral manteve a cassação de Cássio Cunha Lima por abuso do poder econômico nas eleições de 2006. **4**

Decisão sobre comissões adiada para 3 de março

Romero Jucá, líder do governo, anunciou que a escolha dos presidentes das comissões temáticas da Casa ocorrerá no dia 3 de março, mesma data prevista para definição nos colegiados da Câmara. **2**

Bancada aprova ingresso da Venezuela no Mercosul

Por 9 votos a 4, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou ontem o ingresso da Venezuela no bloco econômico. O protocolo de adesão será ainda examinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, antes de ser levado à decisão final do Plenário do Senado. **5**



Adesão da Venezuela divide opiniões: enquanto Simon (*discursando*) defende criação de novo bloco latino-americano, Marisa Serrano teme atuação de Hugo Chávez

Para Sarney, sem fiscalização, haverá tempo de retrocesso

Em visita ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), o presidente do Senado, José Sarney, disse que trabalho conjunto garantirá transparência e honestidade no emprego do dinheiro público. **3**

José Sarney e Ubiratan Aguiar (D), presidente do TCU, discutem formas de intensificar a fiscalização do dinheiro público



O líder do governo, Romero Jucá, anunciou ontem que o Senado decidirá o comando dos colegiados somente após o Carnaval, simultaneamente com a Câmara dos Deputados

Escolha de presidentes de comissões adiada para março



Fotos: Gerardo Magliola
"Nesse período, chegaremos a um acordo sobre a CI", afirma Jucá

O LÍDER DO governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), declarou que a escolha dos presidentes das comissões temáticas será feita no dia 3 de março, juntamente com a eleição dos presidentes das comissões da Câmara dos Deputados.

– Vamos fazer a escolha *pari passu* com a Câmara, para não haver divergências entre as bancadas ou entre os partidos – afirmou Jucá.

O senador negou haver um impasse em relação à escolha do presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

– O que há é uma disputa, que eu espero que termine em consenso. Agora temos um prazo e vamos, nesse período, trabalhar para chegar a um acordo – disse.

Infra-Estrutura

A presidência da CI está sendo disputada pelo PT, que indicou Ideli Salvatti (SC) para o cargo, e pelo PTB, que deseja que o senador Fernando Collor (AL) ocupe a função. De acordo com Romero Jucá, o assunto não deverá ser mais discutido nesta semana.

Colegiados estão autorizados a deliberar

Em resposta a questionamento feito ontem, em Plenário, pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) sobre a demora no reinício dos trabalhos das comissões permanentes da Casa, o presidente do Senado, José Sarney, explicou que os colegiados estão autorizados a deliberar, tendo em vista que as indicações de seus membros já foram recebidas pela Mesa e publicadas em seguida, o que os autoriza a eleger os seus próprios dirigentes.

O questionamento teve início quando Alvaro Dias perguntou a Sarney, que presidia os trabalhos, se já havia sido adotada alguma providência para superar o impasse em torno da escolha dos presidentes e demais dirigentes das comissões temáticas.

– Esta é a Casa do entendimento. Se não há entendimento, que elas [comissões] se reúnam e deliberem através do voto. O que não se admite

mais é a espera, a ociosidade nesse momento importante de deliberações, a ausência de produção legislativa no Senado no começo do ano – reclamou o senador.

Ele também questionou Sarney sobre a falta de votações durante a ordem do dia, ao que o presidente do Senado respondeu que não dava continuidade à votação em Plenário “por falta evidente de senadores na Casa”.

– Apelo aos líderes e suas bancadas para que estejam aqui. O jogo político se processa entre os partidos, sem interferência nenhuma da Presidência e da Mesa da Casa. Esperamos a presença dos senadores – disse Sarney.

Alvaro Dias afirmou que a oposição estava presente, mas que não via em Plenário

a liderança do governo.

– Ao que se sabe, a razão é não ter ocorrido o entendimento nas comissões. Se aguardarmos alguém convocar reunião de comissão, esperamos muito tempo. O que falta é a convocação. Quem convoca a comissão? O que se espera é que se reúnam para eleger suas mesas – declarou.

Sarney reiterou que as comissões permanentes es-

tão autorizadas a funcionar. Lembrou que, pelo Regimento Interno, elas são presididas pelos seus integrantes mais velhos até a eleição dos dirigentes.

– A Mesa está informada de que já existe acordo das lideranças – acrescentou Sarney, manifestando o desejo de que as comissões possam eleger logo os seus dirigentes.

Comissões são presididas pelos integrantes mais velhos até eleição das mesas, diz José Sarney

Papaléo afirma que Mesa não tem culpa de indefinição nas comissões

As comissões permanentes do Senado ainda não iniciaram seus trabalhos neste ano por decisão exclusiva dos seus próprios integrantes. A afirmação foi feita por Papaléo Paes (PSDB-AP), que isentou a Mesa do Senado de qualquer responsabilidade sobre o não-funcionamento das comissões.

– Se há uma discussão sobre quem será eleito presidente, sobre qual partido indicará o presidente de cada comissão, isso não impede a realização das reuniões e o andamento dos trabalhos – declarou Papaléo.

O senador também cumpriu o presidente da Casa,

José Sarney, por estar cumprindo a promessa de sempre anunciar o início da ordem do dia às 16h. Por outro lado, ele registrou a ausência, em Plenário, dos integrantes do Bloco de Apoio ao Governo, sobretudo os senadores do PT.

Papaléo Paes, porém, elogiou o líder governista Romero Jucá (PMDB-RR) por estar sempre presente em Plenário.

– O general está aqui sozinho; faltam seus comandados para podermos dar andamento à sessão – comentou Papaléo.

Jucá respondeu que, “como não há guerra, é período de confraternização, os soldados



Para Papaléo, colegiados não iniciaram trabalhos por decisão dos integrantes

não precisam estar presentes”. O líder do governo informou que, a exemplo da Câmara dos Deputados, as comissões do Senado voltarão a funcionar no dia 3 de março.

Sarney e Temer discutem formas de agilizar a votação de projetos

Os presidentes do Senado Federal, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, conversaram ontem sobre procedimentos para a votação de projetos, buscando evitar que as matérias oriundas do Senado permaneçam sem análise na Câmara e vice-versa.

Sarney e Temer encontraram-se na noite de ontem em uma

visita de cortesia do presidente da Câmara ao Senado. Segundo informou Michel Temer, eles também comentaram o uso excessivo de medidas provisórias pelo Executivo. O deputado declarou ter falado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito da necessidade de reduzir a utilização desse instrumento.

Abertas as pré-matrículas para cursos a distância do Interlegis

Iniciado na sexta-feira passada, o prazo para a pré-matrícula nos cursos a distância da Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis) vai até 15 de março. Dos 18 cursos que integram a grade curricular, dois estão sendo oferecidos pela primeira vez: Poder e Processo Legislativo; e Tutoria no Ensino a Distância.

Os demais cursos do Interlegis são Busca da Qualidade; Licitações e Contratos; Fundamentos de Ensino a Distância; Instituições de Controle Orçamentário; Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal; Introdução ao Orçamento Público; Lei de Responsabilidade Fiscal Avançado; LRF – O Planejamento da Receita e da Despesa; Orçamento Público; Práticas de Orçamento Público; Técnicas de Oratória; Processo Legislativo Municipal; Noções Básicas de Administração; Pregão Eletrônico; Direitos e Deveres do Servidor Público; e Processo Administrativo Disciplinar.

Os cursos, que começam no dia 20 de março, terão duas turmas de 250 alunos cada e a duração de três meses. A exceção é o curso Poder e Processo Legislativo, com duas turmas, porém composta de

100 alunos cada.

Segundo o coordenador do Sistema de Saberes de Capacitação do Interlegis, Maurício Silva, “a grande vantagem é que os cursos são gratuitos e todo o material é gratuito, enquanto o [curso] presencial exige muito gasto”.

Procura

No dia seguinte à abertura do prazo para a pré-matrícula, já havia 4.463 inscritos, entre servidores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Em 2008, foram atendidos 18.724 alunos. Desse total, 11 mil só no segundo semestre.

– Em 2009, pretendemos dar prioridade aos servidores do Legislativo – informou o coordenador.

Maurício Silva disse ainda que a procura pelos cursos é maior nas câmaras municipais, e são sobretudo os funcionários que buscam a capacitação. Já as assembleias legislativas estão mais bem aparelhadas e costumam montar seus próprios cursos, com duas exceções: a de Fortaleza e a de Belo Horizonte, que fazem trabalho conjunto com o Interlegis.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Presidência

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebe, às 10h30, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Maurício Corrêa; às 11h, Reinaldo Fonseca e o desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Leomar Amorim; às 11h30, o prefeito de Manaus, Amazonino Mendes; às 12h, o diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot; às 14h, preside a sessão deliberativa do Senado; e, às 15h, recebe o vice-presidente da República Popular da China, Xi Jinping, no Salão Nobre.

Regimento Interno

A comissão temporária criada com a finalidade de apresentar projeto para reforma do Regimento Interno do Senado deverá se reunir às 10h, na sala 3 da Ala Alexandre Costa.

Sessão deliberativa

Sessão deliberativa está marcada para as 14h. A pauta continua trancada pelo projeto de lei de conversão que dispensa a Caixa Econômica Federal de recolher parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio. Estão inscritos para se pronunciar Eduardo Suplicy (PT-SP), José Nery (PSOL-PA) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Raupp destaca papel do PMDB no processo de democratização

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) prestou ontem uma homenagem à história do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Ele também comemorou as recentes eleições de José Sarney e Michel Temer para as presidências do Senado e da Câmara e frisou que o partido é o maior do Brasil, consagrando essa posição ao eleger o maior número de prefeitos nas últimas eleições municipais.

– A história do PMDB se confunde com a história dos esforços pela afirmação e pela estabilização da democracia entre nós. Quem decide é o povo. E é o povo brasileiro que está concedendo ao PMDB o título de maior partido do Brasil, com a maior bancada no Senado e na Câmara, com o maior número de prefeitos, vereadores, deputados estaduais, governadores e prefeitos de capitais – disse.

Valdir Raupp lembrou que figuras de peso integraram e integram o PMDB, como Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Ulysses Guimarães, José Sarney, Michel Temer, Pedro Simon e Mão Santa.

– Não são os partidos que são corruptos. A corrupção está em todos os governos, em todo o mundo. Não existe um governo no mundo que não tenha algum tipo de corrupção. Alguns a têm em um grau maior; outros, em uma escala menor – afirmou.

Raupp observou que, quando era governador do seu estado,



Raupp agradece apoio de colegas no período em que liderou bancada

o então presidente Fernando Henrique Cardoso lhe disse que a corrupção era “uma erva daninha muito difícil de combater”.

O senador aproveitou para agradecer o apoio dos colegas durante os dois últimos anos, período em que foi líder do PMDB no Senado. Ele também desejou sucesso ao novo líder do partido, senador Renan Calheiros (AL).

Olavo Pires

No mesmo pronunciamento, Valdir Raupp informou que solicitou à Polícia Federal a reabertura da investigação do assassinato, 19 anos atrás, do então senador Olavo Pires. Recentemente, foi preso João Ferreira Lima, conhecido como João de Goiânia, que teria confessado ser o assassino de Olavo Pires.

Suplicy afirma que Jarbas fez “um alerta importante” ao país

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem em Plenário que considera salutares as observações feitas pelo senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) em entrevista publicada na edição desta semana da revista *Veja*. Na ocasião, o peemedebista fez críticas ao seu próprio partido, que acusou de ser conivente com práticas de corrupção. Porém, Suplicy ressaltou que Jarbas Vasconcelos se equivocou quando afirmou que o Bolsa Família “é o maior programa oficial de compra de votos do mundo”.

Suplicy lembrou a história do Bolsa Família, que remonta aos primeiros programas de renda mínima associados à educação implantados no país – inicialmente em Campinas e no Distrito Federal. No governo Fernando Henrique Cardoso, prosseguiu, esses programas foram estendidos ao resto do Brasil, por meio do Bolsa-Escola e do Bolsa-Alimentação. Em 2003, recordou Suplicy, todos os programas de transferência de renda foram unificados, com a criação do Bolsa Família.

– Dados do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] mostram com clareza, assim como economistas do mais amplo espectro, que houve diminuição da pobreza. Além disso, o programa é um passo para a implantação, no país, da Renda Básica de Cidadania, que foi aprovada por congressistas



Suplicy só discorda das críticas de senador ao programa Bolsa Família

de todos os partidos – afirmou.

O senador se referia à Lei 10.835/04, oriunda de projeto de sua autoria que estabelece que todo brasileiro ou estrangeiro residente no país há pelo menos cinco anos receberá anualmente um benefício monetário.

Suplicy disse que pretende conversar com Jarbas Vasconcelos sobre o assunto, acrescentando que considera suas palavras em relação aos demais temas abordados na entrevista um “alerta importante”.

– Considero saudável quando ele observa que nós precisamos olhar, sobretudo, o interesse do povo brasileiro na hora de tomarmos as decisões sobre cada projeto ou de definirmos cargos na Mesa ou nas comissões. Tenho afinidade com ele quando aqui procuro agir na defesa de propósitos maiores – ressaltou.

Presidente do Senado encontra-se com presidente do Tribunal de Contas da União e destaca que, “sem a fiscalização, voltaremos a um tempo de retrocesso”

Sarney defende rigor do TCU no exame de gastos públicos

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, visitou ontem o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, com quem conversou sobre a intensificação da fiscalização que aquela corte exerce, como auxiliar do Legislativo, sobre os gastos públicos. Na ocasião, Sarney disse que, “sem a fiscalização dos dinheiros públicos, voltaremos a um tempo de retrocesso que o Brasil não espera”.

De acordo com Sarney, essa visita expressa a importância que ele vê no TCU para completar a atividade do Congresso, no cumprimento do dispositivo constitucional de que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União será exercida pelo Legislativo. Sarney lembrou que Rui Barbosa já defendia a criação desse tribunal.

– Essa minha visita é justamente para mostrar, depois de ter visitado os Poderes Legislativo [Câmara dos Deputados] e Judiciário [Supremo Tribunal Federal], que venho aqui, ao presidente do Tribunal de Contas, para dizer do nosso desejo de uma colabo-



Ubiratan Aguiar (D) recebe visita de José Sarney no Tribunal de Contas da União

ração muito mais estreita. Mas não quero que isso seja só uma coisa relativa a palavras, mas atos concretos – disse.

No encontro, Sarney comunicou a Aguiar seu desejo de abrir a TV Senado para que o TCU possa divulgar seus julgamentos mais importantes, a fim de que a nação conheça o trabalho realizado pelo tribunal. Ele frisou que a visita era também ocasião para

homenagear um homem público que ele conhece desde que era deputado, “quando marcou sua posição pelo trabalho, competência e espírito público”.

Aguiar manifestou sua admiração por Sarney, que, conforme explicou, reúne o intelectual, a experiência de presidente da República e a biografia de uma das principais lideranças políticas do país.

Presidente da Casa recebe embaixador norte-americano

José Sarney recebeu na manhã de ontem o embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, com quem conversou sobre a visita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará a Barack Obama em março deste ano. O diplomata fez a visita para cumprimentar Sarney pela posse na Presidência do Senado e, ao sair do gabinete, disse que as relações Brasil-Estados Unidos têm tudo para continuar crescendo.

Clifford Sobel afirmou que compartilha com Sarney ideias e pensamentos sobre o estreitamento dos vínculos entre o seu país e o Brasil. Ressaltou considerar importante a visita de Lula aos Estados Unidos, mas repetiu que sua vinda ao Senado foi, sobretudo, para parabenizar Sarney.

Quando Barack Obama to-



Sobel visita Sarney para cumprimentá-lo pela posse na Presidência do Senado

mou posse, no mês passado, o presidente Lula observou estar confiante de que a América Latina receberia mais atenção do governo americano. Lula disse

apostar numa nova política da Casa Branca em relação a seus vizinhos, cogitando até a possibilidade de Obama rever o bloqueio a Cuba.

Vice-presidente chinês deve visitar hoje o Senado

O presidente José Sarney deverá receber hoje o vice-presidente da China, Xi Jinping, considerado por analistas internacionais um forte candidato à sucessão do presidente chinês Hu Jintao. A visita, restrita a Brasília e Manaus, visa estreitar os vínculos de amizade e comércio entre dois dos países que mais crescem no mundo. Junto com a Rússia e a Índia, Brasil e China integram o Bric, acrônimo que designa as quatro principais economias emergentes.

Para Sarney, a visita tem significado especial. Foi no seu governo que as relações sino-brasileiras intensificaram-se. Hoje, a China é o segundo maior

parceiro comercial do Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos. Em 2008, as exportações e importações realizadas entre Brasil e China somaram US\$ 36,4 bilhões, um aumento de 56% em relação ao ano anterior, segundo o Ministério do Desenvolvimento.

Para comparar, no mesmo período o comércio brasileiro com a Argentina somou US\$ 30,9 bilhões, com crescimento de 24%. Já as trocas com os Estados Unidos aumentaram 21%, para US\$ 53,0 bilhões.

Analistas internacionais avaliam que, mesmo que ocorra um desaquecimento da economia chinesa, devido à crise financeira mundial, dificilmente isso afeta-

rá as exportações brasileiras para aquele país.

Isso porque, no tocante a recursos como minérios e alimentos, o Brasil continuará sendo um grande celeiro para a China. Ainda que tenha uma superfície maior que a do Brasil, a China, com sua população de 1,3 bilhão de indivíduos, é um país com extensos desertos e elevadas cadeias de montanhas.

Além disso, suas regiões Norte e Nordeste sofrem invernos prolongados. Apenas 7% do território chinês é arável. Isso tudo enche de expectativa os empresários brasileiros, principalmente os que dominam a tecnologia de álcool e combustível.

Arthur Virgílio abre mão da verba indenizatória

Arthur Virgílio (PSDB-AM) enviou ofício ao presidente do Senado, José Sarney, comunicando que abre mão da verba indenizatória de R\$ 15 mil que a Casa põe à disposição dos senadores todos os meses para cobrir despesas relativas ao exercício do mandato. O senador anunciou ontem a decisão em Plenário.

Segundo a assessoria do líder tucano, no último ano ele só usou os recursos nos meses de abril e maio, em despesas que somaram R\$ 15.966,94.

– É humilhante dar tantas explicações. A opinião pública percebe a verba indenizatória como um expediente – frisou.

Arthur Virgílio disse que financiará as despesas com o exercício do mandato como sempre fez: com recursos próprios.

A discussão sobre a verba indenizatória voltou ao centro dos debates depois das denúncias contra o ex-corregedor-geral da



Virgílio afirma que pagará do próprio bolso as despesas de seu mandato

Câmara, Edmar Moreira (DEM-MG), apontado como proprietário de um castelo estimado em R\$ 25 milhões. Reclamam sobre ele suspeitas de uso indevido do benefício. Após o escândalo, a Câmara decidiu tornar públicos os dados referentes às notas fiscais apresentadas para justificar o uso da verba.

Mozarildo sugere que benefício seja incorporado ao salário

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comunicou ao Plenário ter apresentado ontem uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que determina a incorporação ao salário do parlamentar da chamada verba indenizatória.

Mozarildo afirmou que “a imensa maioria dos parlamentares aplica verba indenizatória de maneira correta”. Ele acrescentou que, como os parlamentares federais ganham R\$ 12 mil de salário e R\$ 15 mil de verba indenizatória, é uma hipocrisia dizer que eles não ganham o mesmo que o ministro do Supremo Tribunal Federal, que é o teto salarial do funcionalismo.

– Vamos gastar de acordo com nossas necessidades de atuação parlamentar. Não haverá aumento, apenas vamos deixar de ter essa desfaçatez: vamos pagar Imposto de Renda e contribuição previdenciária sobre esse salário, de maneira clara – justificou.



Mozarildo: parlamentares devem pagar imposto sobre dinheiro recebido

O senador também comunicou ao Plenário a apresentação, no último dia 13, do PLS 35/09, que modifica o Código Penal aumentando a pena em 50% para o crime de corrupção, ativa ou passiva, praticado contra a saúde ou a educação públicas. Para ele, crimes contra a saúde e a educação se equiparam a crimes hediondos.

Projeto de José Nery visa obrigar divulgação de gastos

O senador José Nery (PSOL-PA) anunciou que apresentará projeto de resolução determinando que o Senado divulgue todos os detalhes dos gastos dos senadores com a verba indenizatória, inclusive das notas fiscais.

– Sempre há muita discussão e desconfiança sobre esses gastos. É dinheiro público e deve haver transparência, evitando que parem dúvidas sobre sua aplicação – disse.

José Nery informou ainda ao Plenário que passou a integrar oficialmente a CPI da Pedofilia e irá com os demais senadores a Belém do Pará, no próximo mês, para conhecer em detalhes as investigações da CPI da Assembleia Legislativa que apura denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes no estado.

Segundo o senador paraense,



Segundo José Nery, deve haver transparência com dinheiro público

os dados já obtidos pela CPI da Assembleia Legislativa revelam um “grave quadro”, com aumento vertiginoso no número de crimes denunciados. Lamentou a constatação, pela CPI, de casos que envolvem políticos, empresários, conselheiros de tribunais e até conselheiros tutelares.

O então governador Cássio Cunha Lima deixou o cargo por decisão do TSE, que na terça-feira manteve a cassação dele e do vice, decretada em 20 de novembro último

José Maranhão assume o governo da Paraíba

O EX-SENADOR JOSÉ Maranhão (PMDB) foi empossado ontem à noite como governador da Paraíba, em decorrência da cassação, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de Cássio Cunha Lima (PSDB) e de seu vice, José Lacerda Neto (DEM). Na terça-feira, a corte negou sete recursos impetrados por Cássio, e manteve a cassação que havia sido decretada em 20 de novembro último, por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2006.

José Maranhão, que renunciou ontem mesmo ao mandato de senador, havia ficado em segundo lugar no pleito daquele ano para o governo do estado. A carta de renúncia ao mandato no Senado foi lida em Plenário, no início da noite, pelo 3º secretário da Mesa, senador Mão Santa (PMDB-PI).

Segundo o entendimento do TSE, nas eleições de 2006, Cássio e seu vice também tive-

ram conduta vedada a agente público por distribuir, conforme denúncia do Partido Comunista Brasileiro, cerca de R\$ 3,5 milhões em cheques para eleitores, por intermédio de programa assistencial.

O relator do caso no TSE, ministro Eros Grau, decidiu ainda, em seu voto, que Cássio Cunha Lima deveria deixar o cargo tão logo a decisão da cassação fosse comunicada ao Tribunal Regional Eleitoral e à Assembleia Legislativa do estado.

– Não basta vencer uma eleição. É preciso vencer limpamente – afirmou o ministro Eros Grau, em entrevista à imprensa.

Reação

Após a leitura da carta de renúncia por Mão Santa, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), expressou o descontentamento de seu partido com a decisão do TSE de cassar o mandato de Cássio Cunha Lima,

por razões, segundo ele, que, “se levadas ao pé da letra”, colocariam em risco mandatos de vários governadores e, inclusive, o do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

– Eu não vejo diferença alguma entre aquele programa social feito [por Cássio], não no período eleitoral, e o necessário e meritório programa Bolsa Família – disse.

Virgílio lamentou a substituição do senador José Maranhão por seu 1º suplente, Roberto Cavalcanti (PRB-PB), por considerar que este não teria condições de assumir o cargo na Casa, por responder a processos na Justiça.

Em defesa de Cavalcanti, o líder do PRB, senador Marcelo Crivella (RJ), destacou os “serviços relevantes” prestados por ele no Senado durante os quatro meses em que substituiu José Maranhão, em 2006, apresentando “importantes projetos e requerimentos”.

Roberto Cavalcanti toma posse no Senado Federal

Roberto Cavalcanti Ribeiro assumiu ontem o mandato de senador, pouco depois de ser lida em Plenário a carta de renúncia de José Maranhão (PMDB-PB), que assumiu o governo da Paraíba.

Maranhão foi diplomado governador na terça-feira, após a cassação, pelo Tribunal Superior Eleitoral, do mandato de Cássio Cunha Lima. Ontem, às 18h, o ex-senador tomou posse na Assembleia Legislativa do estado.

Por já ter assumido o mandato em 2006, durante licença do titular, Cavalcanti não precisou novamente o juramento em Plenário. O senador recém-empossado comunicou sua filiação ao PRB, desfalcando o PMDB, ao

qual é filiado José Maranhão. O PMDB continua sendo o maior partido do Senado, com 22 integrantes. O PRB agora tem dois senadores – o outro é Marcelo Crivella (RJ).

O empresário pernambucano Roberto Cavalcanti estabeleceu-se na Paraíba, onde dirige o Sistema Correio de Comunicação, o qual detém uma emissora de televisão (filiada à Rede Record) e o jornal *Correio da Paraíba*.

Durante os 120 dias que exerceu o mandato à época das eleições de 2006, Cavalcanti fez discursos reivindicando da Petrobras investimentos em perfuração na plataforma continental paraibana. Ele defendeu ainda melhorias no aeroporto de João



Cavalcanti comunicou sua filiação ao PRB, desfalcando o PMDB

Pessoa. Participou, como titular, das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Educação (CE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Roberto Cavalcanti cumprirá mandato até o dia 1º de fevereiro de 2011.

João Claudino saúda festa da uva no Piauí

O senador João Vicente Claudino (PTB-PI) comemorou a realização do 1º Festival da Uva do Piauí, que, disse, demonstrou o potencial do estado. A festa, realizada entre 29 de janeiro e 1º de fevereiro na cidade de São João do Piauí, a cerca de 490 quilô-

metros de Teresina, foi promovida pelo governo do estado, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

João Claudino registrou também a posse, no dia 5, da nova diretoria da Associação dos Municípios do Médio Parnaíba (Ampar). O novo diretor da entidade, informou, é o prefeito de Alagoinha do Piauí, Alcione Viana.

Em seu pronunciamento, o senador elogiou ainda a sessão especial realizada pela Assembleia Legislativa do Piauí em homenagem à memória do ex-senador Chagas Rodrigues, falecido no dia 7 deste mês. O político atuou também como deputado federal em vários mandatos e foi governador do Piauí entre 1959 e 1962.



João Claudino

Senador homenageia o pai, ex-deputado

O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) fez ontem uma homenagem a seu pai, autor do projeto de lei que resultou na criação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). O projeto foi apresentado pelo então deputado federal Arthur Virgílio Filho em 18 de fevereiro de 1960 e aprovado pela Câmara e o Senado em meados de 1962, transformando-se em lei.

– Esse gesto pioneiro haveria de inscrever-se para sempre na história da educação do meu estado e do país – disse o senador, referindo-se à conversão da então cinquentenária Universidade Livre de Manaus em instituição de ensino federal.

– Não foi em vão. O povo amazonense respondeu à ideia e a instituição se tornou centro de saber, de influência indiscutível em outra ideia, a do Polo Industrial de Manaus, hoje foco de avançada tecnologia de que se orgulha o Brasil – celebrou.

Arthur Virgílio mostrou-se emocionado com a decisão do Conselho de Administração da Universidade de dar ao *campus* da instituição o nome de “Senador Arthur Virgílio Filho”.

O senador lembrou ainda a luta do pai em prol da democracia, que custou a cassação de seu mandato pela ditadura militar.

Collor ressalta elogio de Jobim ao Exército por ação na Colômbia

O senador Fernando Collor (PTB-AL) leu o ofício encaminhado pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, ao comandante do Exército, Enzo Martins Peri, elogiando a participação da força em operação humanitária que culminou na libertação de



Em ofício lido ontem por Collor, ministro cumprimenta militares

seis colombianos sequestrados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

“As tripulações e demais militares, com desprendimento, adentraram a selva colombiana e desafiaram a extensa cordilheira dos Andes, no abnega-

do intuito de contribuir para a libertação de semelhantes”, diz Jobim no ofício lido por Collor.

A operação foi realizada em 1º de fevereiro. Os sequestrados libertados, que estavam em poder das Farc desde 2007, foram transportados para o departamento de Meta por um helicóptero cedido pelo Brasil. Soldados do Exército Brasileiro participaram do resgate junto com representantes da Cruz Vermelha e delegados colombianos.

Dornelles defende rejeição de acordo com EUA sobre tributos

Francisco Dornelles (PP-RJ) pediu a rejeição da Mensagem 741, da Presidência da República, que trata de acordo entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos para intercâmbio de informações sobre tributos. Conforme o senador, o



Dornelles citou estudo sobre o acordo de intercâmbio de dados

acordo não foi assinado pelos presidentes dos dois países, mas pelo secretário da Receita Federal do Brasil e pelo embaixador dos Estados Unidos. Apenas isso, conforme parecer do professor e tributarista Ives Gandra, justificaria a rejeição da matéria.

elaborada pelo relator da matéria na Câmara, deputado Régis de Oliveira (PSC-SP). O parlamentar argumenta que o acordo “permite indevida interferência de autoridades dos Estados Unidos em investigações em curso no Brasil”.

Casagrande defende um novo modelo de desenvolvimento

Renato Casagrande (PSB-ES) informou em Plenário que, na reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Conselho Político, defendeu a implantação de um novo modelo de desenvolvimento, com o argumento de que o atual modelo fracassou na área social, “gerando continentes inteiros de excluídos, como é o caso da África”.



Casagrande sugere energia solar em casas populares

O senador disse ainda ter proposto na reunião a utilização de energia solar no programa de

habitação popular lançado pelo governo federal, que prevê a construção de 1 milhão de casas até o próximo ano.

Para Renato Casagrande, ficou provada a necessidade da presença forte do Estado, “para distribuição de renda e controle do comportamento irresponsável da atividade financeira”. O parlamentar sustentou que o atual modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil também foi mal-sucedido na área ambiental.

Protocolo de adesão ao bloco, que vai agora ao exame da CRE, é acolhido pela Representação do Brasil no Parlasul após duras críticas à postura de Hugo Chávez



Ao lado de Mercadante, Dr. Rosinha (na foto à esquerda) lê o parecer, que recebeu nove votos a favor e quatro contra



Bancada brasileira aprova a Venezuela no Mercosul

COM NOVE VOTOS favoráveis e quatro contrários, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou ontem o parecer do deputado Dr. Rosinha (PT-PR) favorável ao ingresso da Venezuela no Mercosul. O protocolo de adesão ainda será analisado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), e depois seguirá para decisão final do Plenário do Senado.

A votação havia sido adiada na reunião anterior em razão de pedido de vista do deputado Cláudio Diaz (PSDB-RS), que apresentou voto em separado contrário ao ingresso da Venezuela no bloco. Diaz manifestou preocupação com a insegurança gerada pelo comportamento do presidente Hugo Chávez em relação ao cumprimento de contratos internacionais e ao respeito aos valores democráticos.

– Não podem ser desconsideradas algumas evidências de que o presidente venezuelano deseja usar o Mercosul como uma espécie de palanque político para difundir a revolução bolivariana, o que coloca em segundo plano o pragmatismo comercial. As recorrentes críticas e ameaças de Chávez ao Congresso brasileiro, que segundo ele atende aos interesses norte-americanos, e as afirmações de que deseja um novo Mercosul já sinalizam as

dificuldades adicionais para a construção de consenso no bloco a partir da entrada da Venezuela – alertou.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), discordando de Cláudio Diaz, citou as dificuldades enfrentadas pelo Rio Grande do Sul por fazer fronteira com a Argentina devido à tese de que a guerra entre os dois países seria inevitável. Com isso, a região fronteira do estado foi proibida de ter indústrias e as suas ferrovias têm uma bitola diferente. Simon defendeu a união do Pacto Andino com o Mercosul e a criação de um novo e único bloco econômico latino-americano.

– O Chávez passa e a Venezuela fica – observou ele.

Discórdia

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) disse que era um acinte aprovar o ingresso no Mercosul de um país que obriga suas escolas públicas e privadas a ensinar o projeto bolivariano. Ela observou que o próprio trâmite do protocolo de adesão não seguiu as regras exigidas, mas, sim, um caminho “esquisito e torto”. A senadora alertou para a atuação de Chávez, que sempre aposta no conflito.

– Vamos trazer para dentro do Mercosul alguém que aposta na discórdia? – questionou.

Marisa Serrano ainda relatou diálogo mantido com a repórter

de uma TV iraniana que fazia a cobertura dos trabalhos do Parlamento do Mercosul. A senadora perguntou à repórter qual era o interesse dos iranianos em relação ao bloco e ela respondeu que Hugo Chávez havia prometido ser o interlocutor do Irã com a entrada da Venezuela no Mercosul.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e José Nery (PSOL-PA) defenderam a adesão da Venezuela ao bloco econômico. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) propôs deixar a questão em aberto, pois o Paraguai nem sequer iniciou o debate a respeito do assunto e a Venezuela ainda não explicou devidamente as ofensas de Chávez ao Congresso brasileiro.

O presidente da Representação Brasileira no Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que é um grave equívoco achar que o nacionalismo e o protecionismo podem ser a solução para a crise financeira internacional. Ele afirmou que a saída deve ser pró-convivência e pró-diplomacia, aprofundando a integração da América Latina.

– O risco existe, mas a integração de toda a América Latina vale a pena. Não vamos construir uma política de gueto – frisou.

O relator, deputado Dr. Rosinha, disse que o discurso de ruptura de Chávez não encontra fundamento na prática.

Licença não-automática preocupa Marisa Serrano

Outros países como Colômbia, Chile e Uruguai já consideram a possibilidade de tomar medidas restritivas às importações brasileiras, como as adotadas pela Argentina, chamadas de licença não-automática, alertou Marisa Serrano (PSDB-MS).

– Essa exigência da licença não-automática para diversos

setores, principalmente o têxtil, nos faz pensar que temos que avançar no Mercosul – disse.

A senadora afirmou que a situação de crise da economia internacional exige acordo entre os países do bloco para que o Mercosul avance.

– É importante para o Mercosul que ele se consolide em

cima dessas questões de tarifas, porque num momento como este, de crise, não é hora de um andar para um lado e o outro caminhar no sentido oposto, é hora de sentar e conversar – comentou Marisa, que é representante brasileira no Parlamento do Mercosul, em entrevista à Rádio Senado.

Marina Silva pede debate sobre MP da regularização fundiária

A medida provisória que trata da regularização fundiária das ocupações em terras da União, na Amazônia Legal, deve ser amplamente debatida no Congresso, defendeu Marina Silva (PT-AC). A senadora frisou que os processos de regularização fundiária precisam obedecer “aos objetivos de justiça social, redução da violência no campo e uso adequado dos recursos naturais”, e que, em uma área

importante como a Amazônia, são necessários cuidados redobrados e alguns pontos da medida (MP 458/09) precisam ser modificados.

– As salvaguardas devem ser cuidadosamente pensadas para que o processo de regularização ajude a promover a mudança no modelo de desenvolvimento da região na direção da sustentabilidade social, ambiental, econômica e cultural, e não no aprofundamento dos pro-

blemas históricos da região.

Marina afirmou que a MP atende a uma demanda legítima dos pequenos agricultores e produtores familiares: acesso a crédito e assistência técnica. Mas, na opinião da senadora, as comunidades quilombolas também deveriam ser beneficiadas pela regularização.



Foto de Geraldo Magela



Valadares quer fixar pagamento em 15% das receitas municipais

Valadares: limite para prefeitura quitar INSS

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou em discurso que irá apresentar emendas à Medida Provisória 457/09, que autoriza a renegociação das dívidas das prefeituras municipais com o INSS.

As emendas limitam os pagamentos ao INSS a 15% das receitas correntes municipais e ainda substituem a taxa básica de juros (Selic), que é aplicada ao saldo devedor da dívida, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A taxa Selic é hoje de 12,75% ao ano, enquanto o IPCA dos últimos 12 meses está em 5,8%.

– A medida provisória é boa para os municípios, mas ela resolve o problema apenas no curto prazo. Por causa do seu alto custo, ela continuará sendo uma bomba-relógio nas contas municipais. Em poucos anos, as prefeituras enfrentarão parcelas tão altas que exigirão nova renegociação. É preciso resolver isso de forma definitiva – afirmou o senador.

Valadares informou que o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) calcula que uma prefeitura que deve hoje ao INSS R\$ 100 mil irá pagar, nos 20 anos de renegociação, mais de R\$ 4,3 milhões.

– A prefeitura pagará a dívida 43 vezes. Isso não é suportável. O custo da dívida tem de ser reduzido.

As emendas de Valadares estabelecem um desconto de 15% na boca do caixa aos municípios que vêm pagando suas dívidas em dia. Para o senador, é um prêmio às prefeituras que têm se esforçado para manter seus pagamentos, às vezes cortando em investimentos para não cair na inadimplência. Se ficar devedor, o município entra em uma lista negativa do governo federal, o que lhe tira a chance de assinar convênios de repasses de verbas da União.

Senador critica o presidente da Febraban por defender o *spread* e destaca estudo que rebate argumentos apresentados por banqueiros para justificarem sua alta remuneração

Alvaro: país não deve esperar apoio dos bancos contra crise

O BRASIL NÃO deve esperar a cooperação dos bancos para enfrentar a crise de crédito e a anunciada recessão mundial, afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR).

O senador disse concordar com editorial publicado ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo* que critica o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Fábio Barbosa, por defender a alta remuneração das instituições financeiras, medida com base na diferença entre as taxas que pagam aos aplicadores e as que cobram pelos empréstimos – o chamado *spread*.

Em entrevista ao jornal, Barbosa reconhece que a remuneração dos bancos – de até 40% – “é a mais elevada do mundo”, mas disse que esse *spread* é resultado de desordens típicas da economia brasileira, como o excesso de tributos, a alta inadimplência, entre outros.



Alvaro Dias responsabiliza governo por “consentir na transferência de renda da sociedade para os bancos”

Alvaro Dias chamou a atenção para um estudo mencionado pelo *Estado de S. Paulo* que derrubaria esses argumentos. Segundo especialistas, “impostos, taxas e o depósito compulsório no BC correspondem a pouco menos de um quarto do *spread*.”

Inadimplência e custo administrativo equivaleriam à metade da remuneração. Sobre um ganho líquido superior a um quarto”, diz o jornal.

O senador responsabiliza o governo por consentir na transferência de renda da sociedade para os bancos, o que levou a “um crescimento pífio num ambiente extraordinário da economia mundial”.

Alvaro citou ainda análise do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial e do Instituto Talento Brasil sobre o “desperdício de oportunidades” de investimentos em infraestrutura pelo governo em 2007, “quando houve relativa folga fiscal”.



Será destinado cerca de R\$ 1,9 bi para as obras, diz César Borges

César Borges anuncia obras em rodovias na Bahia

César Borges (PR-BA) anunciou investimentos no valor de R\$ 1,9 bilhão no setor rodoviário na Bahia. Segundo o senador, rodovias como as BRs 101, 116, 242 e 110 carecem de melhores condições de trafegabilidade, apesar dos esforços empregados recentemente pelo governo federal na manutenção.

O parlamentar disse que, graças ao governo e ao trabalho do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, foi possível ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) licitar um lote de 28 trechos rodoviários na Bahia, que vai abranger 3.424 quilômetros de recuperação de rodovias federais em praticamente todo o estado.

O processo está na fase da assinatura dos contratos. Em breve, o ministro estará no estado para emitir a ordem de serviço para o início das obras.

Depois de Minas Gerais, a Bahia é o estado que tem a maior malha rodoviária do Brasil. César Borges lembrou que essa malha serve a todo o país, uma vez que as rodovias fazem a interligação do Sul e do Sudeste com o Nordeste.

Ele explicou que os contratos serão firmados no âmbito do Contrato de Restauração e Manutenção (Crema), que prevê a conclusão das reformas em um ano com mais 12 meses de conservação do trecho pela empresa contratada.

Foram beneficiadas as BRs 020, 030, 101, 410, 116 (trecho norte), 242, 330, 407 e 418.

Na BR-116 serão reformados os trechos da divisa com Pernambuco até Feira de Santana. A BR-242, que liga a BR-116 até o município de Luís Eduardo Magalhães, passando por Ibotirama e Barreiras, terá seis trechos contemplados. Também serão corrigidos os pontos mais críticos de anéis rodoviários e travessias urbanas no estado.



ACM Júnior menciona alta de 128% nos gastos de custeio durante o governo Lula

Antonio Carlos Júnior critica aumento de gasto do governo

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) criticou ontem o aumento das despesas de custeio do governo federal verificado durante os dois mandatos do presidente Lula. Com base no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), ele lamentou o crescimento de 128% dos gastos ocorrido no período, três vezes maior que a inflação de 41,8%, medida pelo Índice IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As despesas de custeio são aquelas necessárias ao funcionamento da máquina governamental, tais como pagamento de pessoal e de serviços de terceiros e compra de material de consumo.

Rebatendo argumento do governo, que coloca o aumento de gastos de custeio como resultado da ampliação de políticas sociais de transferência de renda, Antonio Carlos Júnior questionou a eficácia do programa Bolsa Família.

– Especialmente sobre o Bolsa Família, sobram denúncias que o governo prefere ignorar ou rotular de elitistas – disse o senador.

Crivella celebra anúncio de pacote habitacional

Marcelo Crivella (PRB-RJ) comemorou o anúncio feito ontem pelo presidente Lula, em reunião do Conselho Político, de um pacote habitacional que deverá beneficiar 1 milhão de famílias até 2010. O presidente da República prometeu para depois do Carnaval a apresentação dos detalhes do programa, voltado às famílias com renda de até R\$ 4.000.

Para o senador, a iniciativa deverá contribuir para diminuir o déficit habitacional de cerca de 7 milhões de moradias. Só no Rio de Janeiro, disse ele, há cerca de mil comunidades carentes, com mais de 1 milhão de pessoas vivendo em moradias improvisadas, expostas ao tráfico de drogas e ao crime.

– É preciso que nós, brasileiros, façamos um cimento para unir os dois brasis: de um lado, o Brasil culto, que mora bem, e, do outro, um Brasil que passa fome, com crianças subnutridas, com péssimas condições de habitabilidade – afirmou Crivella.



Crivella diz que é preciso unir o “Brasil culto” com “o Brasil que passa fome”

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmiir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Marconi Perillo

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Mikhail Lopes
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Expedito solicita que Tuma monitore apuração da morte de ex-senador

Expedito Júnior pede cuidado na apuração de crime

Expedito Júnior (PR-RO) solicitou ao corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), que acompanhe a prisão de João Ferreira Lima, conhecido como João de Goiânia, que teria confessado o assassinato de Olavo Pires, ex-senador por Rondônia. E, se possível, que Tuma peça a mudança da tutela do preso para a Polícia Federal. Lima foi preso na terça-feira.

– Essa confissão é muito grave, pois estamos falando de um senador da República que estava em pleno mandato – disse.

João de Goiânia foi preso no Tocantins, quando estava a caminho da Venezuela, país em que planejava praticar um assalto de 1 tonelada de ouro, avaliada em R\$ 50 milhões, segundo informou Expedito Júnior.

Tuma pediu o envio das notas taquigráficas do pronunciamento de Expedito para a Corregedoria do Senado a fim de que sejam tomadas as providências solicitadas.



Rosalba defende a escolha de Natal como uma das sedes da Copa em 2014

Rosalba cobra mais investimentos em segurança pública

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) cobrou mais investimentos em segurança pública no Rio Grande do Norte. Ela pediu à governadora, Wilma de Faria, que invista na aquisição de equipamentos e promova a valorização dos policiais. A senadora disse que, além de prejudicar o cotidiano da população do estado, o crescimento da violência causa prejuízos ao setor turístico.

Rosalba ainda defendeu a escolha de Natal como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. Segundo ela, a cidade tem uma boa infraestrutura e, “com alguns acertos, com mais algumas ações”, terá condição de receber os jogos. “Isso é importante para que a cidade seja divulgada, vista no mundo todo, e o turismo possa crescer.”

“Não podemos deixar que o país viva de pirotecnia. É necessário que o presidente Lula olhe um pouco mais para as nossas mazelas sociais”, afirma senadora

Marisa exige medidas contra a violência entre os jovens

O QUE ESTÁ acontecendo com os jovens da classe média brasileira? Essa foi a pergunta que a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) fez, da tribuna do Plenário, ao discorrer sobre vários casos envolvendo juventude e violência noticiados nas últimas semanas pela imprensa. Para tentar minimizar a situação, ela cobrou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a adoção de medidas concretas em vez de “ações pirotécnicas”.

– Não podemos deixar que o país viva de pirotecnia. É necessário que o presidente Lula olhe um pouco mais para as nossas mazelas sociais. O governo tem que promover ações afirmativas efetivas e agir preventivamente – sugeriu Marisa Serrano.

Entre os casos de violência envolvendo a juventude, a senadora por Mato Grosso do Sul citou a recente prisão – no Rio de Janeiro, Santa Catarina, Mato Grosso e Distrito Federal – de 55 jovens de classe média acusados de traficarem drogas, principalmente sintéticas. Duas operações da Polícia Federal



Segundo Marisa Serrano, “governo tem que promover ações afirmativas”

(Trilha e Nocaute) apuraram que as quadrilhas faturavam cerca de R\$ 1 milhão por mês.

Marisa Serrano também referiu-se à apreensão de 40 estudantes adolescentes de escolas particulares do Distrito Federal, suspeitos de participarem de uma briga no Parque da Cidade, no centro de Brasília. De acordo com a Polícia Militar, os jovens marcaram o encontro pela internet. A senadora acrescentou que além de promover pancadarias, os adolescentes costumam

divulgar no site Youtube as imagens das brigas.

O terceiro caso de violência registrado pela senadora foram os trotes promovidos nas universidades. Em Leme, interior de São Paulo, um jovem foi obrigado a beber e terminou entrando em coma alcoólico. Levado ao hospital, os médicos detectaram escoriações pelo seu corpo, supostamente devido a agressões físicas que ele teria sofrido. Junto com outros calouros, o rapaz também teria sido obrigado a entrar em uma lona com pássaros mortos e excrementos de animais.

– Estão praticando trotes extremamente agressivos, que humilham e machucam os estudantes. Isso é uma coisa absurda. Há dez anos, na USP, um jovem foi morto afogado.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) observou que em Londrina, no Paraná, concluintes do curso de Medicina invadiram o Pronto Socorro e o Hospital Universitário portando bebidas alcoólicas, soltando fogos de artifício e promovendo “apitaços”.

Arns: governo e sociedade devem combater pedofilia

Flávio Arns (PT-PR) concluiu governo e sociedade a se irmanarem num esforço para erradicar a prática da pedofilia no país. Ele afirmou que o assunto deve passar a fazer parte do cotidiano das famílias, em nome da proteção de crianças e jovens.

– A situação é grave, pois não há como impedir que sites de pedofilia funcionem em países onde esse crime não é tratado com a gravidade devida. Em face disso, devemos estar sempre alerta em nossas casas, onde crianças e jovens utilizam o computador – disse, lembrando que os pedófilos costumam utilizar a rede mundial de computadores para a prática de seus crimes.

O parlamentar sugeriu que o Executivo lance uma campanha nacional, via imprensa, para

orientar as famílias quanto às medidas preventivas e até mesmo defensivas que crianças e adolescentes devem adotar.

– As escolas, igualmente, onde a cada dia há mais facilidade de acesso à internet, têm esse papel de orientar os alunos – afirmou.

Flávio Arns lembrou que o Senado saiu na frente na luta contra a pedofilia ao criar, em 2008, uma comissão parlamentar de inquérito para tratar da questão, presidida pelo senador Magno Malta (PR-ES). Arns elogiou especialmente o acordo firmado em dezembro passado entre a comissão, provedores de acesso à internet, Ministério Público e Polícia Federal, para fornecimento de dados de pessoas suspeitas do crime.

O senador pediu que os novos presidentes das comissões da



Flávio Arns ressalta que escolas também precisam orientar alunos

Casa apressem a votação dos projetos considerados prioritários pela CPI da Pedofilia. Também mencionou que, no ano passado, relatou projeto (PLS 202/06) de Paulo Paim (PT-RS) que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para tornar crime a prática da pedofilia. A matéria aguarda apreciação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Magno Malta denuncia novos casos de pedofilia

O presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), informou que, logo após o Carnaval, a comissão visitará localidades no interior do Pará, Amazonas e São Paulo para investigar denúncias.

Em Marajó (PA), relatou, crianças estariam fazendo sexo em embarcações, com a anuência dos pais, em troca de dinheiro. Em Coari (AM), o prefeito está sendo acusado



Agressões ocorreram em Marajó, Coari e Catanduva, diz Magno Malta

de abusar sexualmente de uma menina de 12 anos. E em Catanduva (SP), crianças de uma escola seriam vítimas de uma rede de pedofilia.

– No caso do Marajó, onde crianças são levadas em barcos menores para grandes embarcações, e lá são abusadas, alguns dizem que os pais permitem isso porque são pobres. Por que então pai e mãe não vendem seu próprio corpo? É preciso acabar com essa cultura infame de abuso de criança – conclamou.

Magno Malta também comentou as manifestações em defesa da liberação do uso da maconha. Ele lamentou que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tenha se pronunciado a favor da legalização.



Tuma: liberação não é alternativa viável no combate ao uso ilegal de drogas

Romeu Tuma refuta proposta de liberar uso da maconha

Dizendo-se “perplexo e preocupado” com a sugestão da Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia, da Organização das Nações Unidas (ONU), de liberação imediata do uso da maconha para consumo, Romeu Tuma (PTB-SP) falou sobre os malefícios da droga e pediu o apoio da sociedade e das famílias brasileiras para evitar que a medida seja adotada. A sugestão foi apresentada na última reunião de cúpula da comissão, realizada no Rio de Janeiro, no dia 12.

– Tenho plena consciência dos danos que o consumo de entorpecentes causa no organismo humano, não apenas no aspecto físico, mas também no âmbito psicológico, este, sim, muito devastador ao ser humano – disse.

Romeu Tuma não considera que a liberação seja uma alternativa viável para a erradicação do consumo ilegal de entorpecentes, conforme defendeu a comissão da ONU.

Mão Santa critica atendimento de saúde no Piauí

O senador Mão Santa (PMDB-PI) lamentou que o Hospital Getúlio Vargas, localizado em Teresina e o maior do Piauí, conte apenas com um cardiologista e um neurologista em seus quadros, conforme reportagem recente do *Bom Dia Brasil*, da TV Globo.

– Para conseguir atendimento, a população espera muito. Só tem data para atendimento em 2010. Esse é o governo do PT. Isso é governo? Isso é moral? Isso é uma vergonha – disse.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que assistiu ao programa e classificou as cenas exibidas de “dramáticas”.

– O seu estado está realmente abandonado. A saúde do seu estado está desprezada – declarou Alvaro Dias.



Mão Santa cita programa de TV sobre mazelas em hospital de Teresina

Membros brasileiros e italianos de associação parlamentar entre os dois países comprometem-se a apoiar a decisão que o STF vier a tomar sobre Cesare Battisti

Jane Araújo



Ao lado de Sarney (D), Domenico Scilipoti defende extradição de Battisti. César Borges (2º à esq.) participa do encontro

Parlamentares pedem solução política para o caso Battisti

EM BUSCA DE uma “solução política” para o caso do ex-ativista italiano Cesare Battisti, condenado por quatro assassinatos pela Justiça de seu país, parlamentares da Itália e do Brasil visitaram ontem o presidente do Senado, José Sarney. Durante a audiência, segundo assessores, Sarney mostrou-se cauteloso em relação ao tema e recordou que o caso encontra-se sob análise da Justiça brasileira.

A melhor “solução política” para o episódio, segundo o deputado italiano Domenico Scilipoti, presidente da Associazione Parlamentare d’Amicizia Italia-Brasil, seria a deportação de Battisti, acusado de envolvimento com o terrorismo na Itália durante os anos 70, quando teria cometido quatro assassinatos. Como o governo brasileiro não concedeu a extra-

dição, observou, resta agora esperar pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Presente ao encontro, o senador César Borges (PR-BA) afirmou ser favorável à extradição e disse que o governo brasileiro agiu com “dois pesos e duas medidas”, ao recusar a extradição de Battisti e, por outro lado, devolver a Cuba os dois atletas que fugiram da delegação cubana durante os Jogos Pan-Americanos de 2007.

Ao final da audiência, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou que, no dia 26, lerá carta enviada por Battisti aos ministros do STF. Conforme Suplicy, o italiano estaria disposto a dizer aos familiares das vítimas, “olho no olho”, que não participou dos quatro assassinatos pelos quais foi condenado.

A Associação Parlamentar de

Amizade Brasil-Itália e a Associazione Parlamentare d’Amicizia Italia-Brasil firmaram documento manifestando apoio à decisão que o Supremo Tribunal Federal vier a adotar quanto ao pedido de extradição. A manifestação foi apresentada ao Plenário por Eduardo Suplicy, que estava acompanhado do presidente da associação brasileira, deputado federal Maurício Trindade (PR-BA), e do presidente da entidade italiana, deputado Domenico Scilipoti. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) leu o documento em Plenário.

As duas entidades afirmam que lutarão para assegurar “os direitos e os deveres” de Cesare Battisti caso ele retorne à Itália. Heráclito Fortes (DEM-PI) elogiou as duas associações por sua crença no Supremo Tribunal Federal.

Gerson Camata diz que italiano também cometeu crimes no Brasil

Gerson Camata (PMDB-ES) relatou em Plenário a visita que dois parlamentares italianos fizeram ao presidente do Senado, José Sarney, para “mostrar as razões do abalo que a opinião pública italiana sofreu” com relação ao Brasil em consequência do status de refugiado político concedido ao “facinoroso Cesare Battisti”. O senador citou o argumento utilizado pelos parlamentares europeus, para quem a Justiça italiana poderia até ter errado no caso de um homicídio, mas Battisti está condenado por quatro atentados contra a vida.

O pior, para Camata, é o fato de Battisti ter cometido crimes no Brasil, pois, disse, ele entrou no país com passaporte falso e depois obteve uma identidade igualmente falsa, além de não ter declarado o dinheiro que recebia da França. Camata lembrou ainda que o ex-ativista só pediu refúgio político depois que a polícia brasileira o prendeu, com o auxílio do serviço secreto francês.

Em aparte, César Borges (PR-BA) afirmou que os deputados italianos Domenico Scilipoti

(presidente da Associazione Parlamentare d’Amicizia Italia-Brasil) e Carlo Monai manifestaram preocupação quanto à manutenção da tradicional relação de respeito mútuo entre Itália e Brasil.

O representante baiano criticou o governo brasileiro por ter dado tratamento diferente aos boxeadores cubanos, “homens simples do povo que não tinham cometido nenhum crime”, que foram deportados “na calada da noite, com avião de outros países”. Para César Borges, ao deportar os cubanos, o governo atendeu ao pedido de “um país que vive sob uma ditadura” e, ao conceder asilo a Battisti, desrespeitou “uma democracia irmã que funciona há muito mais tempo do que a nossa”.

Carta ao Supremo

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que o italiano irá encaminhar aos ministros do Supremo Tribunal Federal carta na qual explicará, ponto por ponto, as acusações que pesam sobre ele. Por sua vez, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) observou



Segundo Camata, Cesare Battisti só pediu refúgio depois de ter sido preso

que o ministro da Justiça, Tarso Genro, ao conceder o status de refugiado político a Battisti, julgou a Justiça italiana, revogando decisão dela. Raimundo Colombo (DEM-SC) argumentou que o terrorismo é inaceitável e rogou para que o incidente não prejudique o bom relacionamento com a Itália.

Ao retomar seu pronunciamento, Gerson Camata afirmou que já tinha sido do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que a doutrina do partido ensina a mentir e a “entregar um companheiro para salvar a pele”. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) pediu aparte e manifestou sua discordância, dizendo ter participado de organizações de esquerda e que jamais aprendeu coisas desse tipo.

Azeredo festeja aprovação de obrigatoriedade de airbag

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comemorou ontem a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei de sua autoria que torna obrigatória a instalação de airbag nos veículos novos fabricados, importados, montados ou encarroçados no Brasil. A matéria agora segue para sanção do presidente da República.

O projeto, aprovado no Senado em 2007, determina a inclusão do dispositivo para o motorista e o passageiro da frente entre os itens de segurança obrigatórios.

O senador ressaltou o fato de a determinação se aplicar também a carros populares.

– Já está provado que o airbag duplo salva muitas vidas. É um item de segurança da maior importância – ressaltou.



Gerardo Magela

Medida deve salvar muitas vidas, resalta Azeredo

Heráclito critica a paralisação dos trabalhos da CPI das ONGs

É “inaceitável e vergonhoso” para o Senado o fato de os trabalhos da CPI das Organizações Não-Governamentais (ONGs) não estarem andando, afirmou Heráclito Fortes (DEM-PI). O colegiado reuniu-se pela última vez em novembro de 2008, de acordo com a assessoria da CPI.

– Colocaram embaixo do tapete fatos vergonhosos, no justo momento em que o governo apadrinha milhares de entidades que não prestaram conta, ou prestaram de maneira pouco convincente – criticou, referindo-se à concessão de renovação a diversas entidades filantrópicas pelo Conselho Nacional de Assistência Social, no dia 10. O senador pediu aos membros da comissão que compareçam às reuniões do colegiado.



Gerardo Magela

Heráclito: esconderam fatos vergonhosos para o país

Flexa Ribeiro diz que encontro de prefeitos foi palco para Dilma

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) voltou a criticar o governo por, segundo ele, usar o encontro de prefeitos realizado na semana passada em Brasília como palco para a pré-candidatura da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Presidência da República.

No entender do parlamentar, a irregularidade foi agravada pelo fato de o governo ter omitido o valor real gasto com o evento, anunciando ter despendido R\$ 253 mil. Segundo reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o custo atingiu R\$ 1,6 milhão e foi pago pelo Ministério das Cidades.

– O que vimos nada mais foi do que um palanque para a promoção pessoal de uma servidora pública, que, não por acaso, é a provável candidata à sucessão presidencial pelo PT – protestou.



Marcos Moraes

Segundo Flexa Ribeiro, Planalto subestimou gastos no evento

Neuto de Conto registra criação de câmara especial regional

Neuto de Conto (PMDB-SC) destacou a instalação, no dia 5, da Câmara Especial Regional na Comarca de Chapecó (SC). A criação da câmara, que terá abrangência sobre outras 27 comarcas e 117 municípios do oeste catarinense, faz parte do processo de descentralização das atividades-fim do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Prevista pela Emenda Constitucional 45/04, da Reforma do Judiciário, a descentralização prevê a realização de julgamentos de recursos e apelações fora da sede do tribunal, além do recebimento direto de novas apelações. Com acervo inaugural de cerca de 300 recursos, a câmara inicialmente terá a competência restrita ao direito privado, disse Neuto de Conto.



Gerardo Magela

Neuto de Conto: medida deve beneficiar Chapecó